



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional
Equipe Regional de Negociação

Processo nº 10145.001329/2024-82

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Processo SEI nº 10.145.001329/2024-82

A **União - Fazenda Nacional**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 131, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

Valpasa Industria de Papel Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 85.155.414/0001-42, com endereço na Linha Perotto nº 100, km 0,5, Bairro Distrito Industrial, Tangará/SC

todas neste ato representadas por seus representantes legais abaixo assinados e doravante denominada(s) “Requerente(s)”.

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação” ou “Acordo”), com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (“Código Tributário Nacional - CTN”), na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

CLÁUSULAS GERAIS

1. Do passivo fiscal e do objeto da Transação

1.1. A Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (“Dívida Ativa”), a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, a compatibilização dos interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s).

1.2. A Transação objetiva o equacionamento dos seguintes débitos (“Dívida Transacionada”):

1.2.1. Débitos inscritos em Dívida Ativa listados no Anexo I; e

1.2.2. Débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mas que não estejam sujeitos a contencioso administrativo fiscal, desde que listados no Anexo II;

1.3. Os débitos listados no Anexo III ficam excluídos do Acordo.

2. Dos litígios judiciais e administrativos

2.1. A(s) Requerente(s) confessa(m), de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como a responsabilidade por seu adimplemento, abstendo-se de discuti-la em ação judicial presente ou futura.

2.1.1. A confissão prevista no item anterior produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o inciso VI, do artigo 202, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção do prazo prescricional de toda a Dívida

Transacionada, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições em Dívida Ativa.

2.1.2. Expressa e irrevogavelmente, a(s) Requerente(s) desiste(m) das ações judiciais individuais ou coletivas, impugnações ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada ou o vínculo de responsabilidade tributária, renunciando a quaisquer alegações de direito, presentes ou futuras, sobre as quais se fundam os litígios judiciais, o que deve ser formalizado por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil - CPC").

2.1.2.1. Ressalvadas situações expressamente previstas neste Acordo, a desistência e a renúncia de que trata o item anterior não eximem a(s) Requerente(s) do pagamento de honorários advocatícios e custas processuais já fixados em decisão judicial.

2.2. A Transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis, de bens ou de direitos para responder pela Dívida Transacionada, caso haja rescisão do Acordo e subsequente prosseguimento das ações de cobrança judiciais ou extrajudiciais.

2.2.1. Enquanto vigente a Transação, não corre prazo para configuração de prescrição intercorrente ou para prescrição da pretensão de redirecionar a cobrança em face de corresponsáveis.

3. Das obrigações e declarações das Partes

3.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

3.1.1. Presumir a boa-fé da(s) Requerente(s) em relação às declarações prestadas para fins de formalização da Transação;

3.1.2. Notificar a(s) Requerente(s) sempre que verificada hipótese de rescisão da Transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e

3.1.3. Tornar público o Acordo firmado com a(s) Requerente(s), em especial as obrigações, exigências e concessões previstas, ressalvadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

3.2. A(s) Requerente(s) está(ão) ciente(s) e de acordo com as condições e obrigações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, assumindo, em especial, os seguintes deveres:

3.2.1. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

3.2.2. Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer as respectivas situações econômicas, bem como eventuais circunstâncias que possam implicar a rescisão do Acordo;

3.2.3. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional a suas declarações e escritas fiscais;

3.2.4. Não alienar bens ou direitos que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos ora assumidos, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional e demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento do Acordo;

3.2.5. Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

3.2.6. Manter a regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, regularizando, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação; e

3.2.7. Em até 60 (sessenta) dias da assinatura do Acordo, peticionar em todos os processos judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada, a fim de noticiar a celebração da Transação, desistir da ação, impugnação ou recurso e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487 do Código de Processo Civil - CPC, requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.

3.3. A(s) Requerente(s) declara(m) que:

3.3.1. Não utiliza(m) pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

- 3.3.2. Não alienou(aram) ou onerou(aram) bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos públicos;
- 3.3.3. As informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 3.3.4. Inexistem outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor da(s) Requerente(s), além daqueles eventualmente previstos na Transação;
- 3.3.5. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja(m) ou venha(m) a ser credora(s), de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.6. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.7. Autoriza(m) a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados referentes às respectivas cotas nos Fundos de Participação, caso uma ou mais Requerentes sejam Estados ou Municípios; e
- 3.3.8. Concorde(m) que quaisquer comunicações ou notificações relacionadas à Transação, inclusive aquelas relativas ao procedimento de rescisão do Acordo, serão realizadas por meio do Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Portal Regularize") e serão destinadas, exclusivamente, à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar");
- 3.3.8.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente do Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

4. Dos efeitos da Transação

- 4.1. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o artigo 3º, § 2º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

4.1.1.No caso dos débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil e tenham sido listados no Anexo II, para composição da Dívida Transacionada, a suspensão da exigibilidade prevista no item anterior dependerá da inscrição em Dívida Ativa, consolidação e efetiva confirmação das contas de transação no Sispar, antes do que configuram impedimento à certificação da regularidade fiscal.

4.2. A Transação importa imediato reconhecimento da responsabilidade solidária da(s) Requerente(s) por toda a Dívida Transacionada, autorizando a Fazenda Nacional a incluí-la(s) nas respectivas Certidões de Dívida Ativa, caso não conste(m) como devedora(s) principal(is).

5. Das Hipóteses e do procedimento de rescisão

5.1. Implicará rescisão do Acordo a ocorrência de quaisquer situações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, bem como as seguintes situações:

5.1.1.Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.2.Falta de pagamento de, ao menos, 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.3.Não peticionamento, pela(s) Requerente(s), nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: (a) noticiar a celebração da Transação; e (b) confessar de forma irrevogável e irretratável a Dívida Transacionada;

5.1.4.Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer outras cláusulas ou condições do Acordo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;

5.1.5.Concessão de medida cautelar fiscal em desfavor da(s) Requerente(s), nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

5.1.6.Declaração de falência ou extinção por liquidação da(s) Requerente(s);

5.1.7.Declaração de inaptidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no termos dos artigos 80 e 81, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

5.1.8.Descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");

5.1.9.Não regularização, no prazo de 90 (noventa) dias, dos débitos que se tornarem exigíveis perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após a celebração da Transação;

5.1.10.Constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive em relação aos documentos contábeis e fiscais;

5.1.11.Constatação de que a(s) Requerente(s) se utiliza(m) de pessoa física ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens ou direitos, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

5.1.12.Constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da(s) Requerente(s) como forma de fraudar o cumprimento da Transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

5.1.13.Constatação, pela Fazenda Nacional, de que a(s) Requerente(s) incorreu(ram) em fraude à execução, nos termos do artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, e não reservou(aram) bens ou rendas suficientes ao total pagamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa; e

5.1.14.Na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") para liquidação ou amortização da Dívida Transacionada, a não confirmação dos créditos pela autoridade competente, sem o correspondente recolhimento da diferença apurada via Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF"), em até 30 (trinta) dias contados da notificação.

5.2. É vedada a desistência ou a resilição unilateral da Transação pelas Partes.

5.2.1.Caso a(s) Requerente(s) proceda(m) à desistência da Transação, ainda que para migração para modalidade de transação por adesão eventualmente disponível, sem prévia anuência da Fazenda Nacional, restará configurada hipótese de descumprimento do Acordo, apta a atrair todos os efeitos jurídicos da rescisão.

5.3. A rescisão da Transação implicará:

5.3.1.Vedação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da rescisão, da formalização de novo acordo de transação em qualquer modalidade, ainda que relativo a débitos distintos, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020;

5.3.2.Afastamento dos benefícios concedidos, com restabelecimento da Dívida Transacionada, sem descontos, deduzidos os valores pagos;

5.3.3.Exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com a retomada do atos de cobrança judiciais ou extrajudiciais, incluindo o prosseguimento das execuções fiscais, a prática de atos de constrição patrimonial e de responsabilização de terceiros; e

5.3.4.Execução das garantias prestadas.

5.3.4.1.A execução das garantias poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050, de 06 de abril de 2022, ("Plataforma Comprei") ou outra que a substituir.

5.4. Quando constatada hipótese de rescisão da Transação, caberá à Fazenda Nacional notificar a(s) Requerente(s) e conceder prazo para regularização do vício ou demonstração de sua inexistência.

5.4.1.A notificação a que se refere o item anterior será realizada através de mensagem encaminhada pelo Portal Regularize e será destinada exclusivamente à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar").

5.4.1.1.Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente deste Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

5.4.2.Na hipótese de desistência ou resilição unilateral da Transação, considera-se realizada a notificação de que trata o *caput*, no ato de sua formalização através do Portal Regularize.

5.5. A(s) Requerente(s) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, regularizar o vício sanável ou apresentar impugnação, preservada a Transação

em todos seus efeitos durante este período.

5.5.1.A impugnação deverá ser apresentada pelo Portal Regularize e deverá trazer todos os elementos e documentos que infirmem a hipótese de rescisão.

5.5.2.Após a apresentação da impugnação, todas as comunicações subsequentes serão realizadas pelo Portal Regularize, cabendo à(s) Requerente(s) acompanhar sua tramitação.

5.5.3.A impugnação será apreciada pela unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.

5.5.4.A(s) Requerente(s) será(ão) notificada(s) da decisão por meio do Portal Regularize, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.

5.5.4.1.O recurso administrativo deverá ser apresentado pelo Portal Regularize e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.

5.5.5.Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado para julgamento pelo Procurador-Chefe da Dívida da respectiva Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional.

5.5.6.A propositura de qualquer ação judicial pela(s) Requerente(s), cujo objeto coincida, no todo ou em parte, com a irrisignação manifestada na esfera administrativa, implicará renúncia à instância recursal e não conhecimento de eventual recurso interposto.

5.6. Enquanto a impugnação à rescisão não for definitivamente julgada, a Transação permanecerá em vigor e a(s) Requerente(s) deve(m) cumprir integralmente o Acordo.

5.7. Caso o recurso seja julgado procedente, a circunstância que motivou a rescisão da Transação será considerada sem efeito.

5.8. Caso o recurso seja julgado improcedente, a Transação será definitivamente rescindida.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

6. Das condições para adimplemento da Dívida Transacionada

6.1. As condições para adimplemento da Dívida Transacionada são estabelecidas com base na verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s), considerando as informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais declaradas por ela(s) ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a outros órgãos da Administração Pública.

6.2. Concessão de descontos

6.2.1. Concede-se o desconto máximo de 48% (quarenta e oito por cento), calculado por débito e aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), vedada a redução do montante principal.

6.3. Forma de adimplemento do saldo devedor remanescente

6.3.1. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Demais Débitos será adimplido em 96 (noventa e seis) prestações mensais sucessivas, escalonadas de acordo com os seguintes percentuais: :

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 18	0,3%
Faixa 2	19 a 24	0,8%
Faixa 3	25 a 36	0,9%
Faixa 4	37 a 48	1,0%
Faixa 5	49 a 60	1,25%
Faixa 6	91 a 95	1,45%

Faixa 7	96	1,25%
---------	----	-------

6.3.2.O prazo máximo previsto para pagamento da Dívida Transacionada - Previdenciária e da Dívida Transacionada - Demais Débitos não poderá, em hipótese alguma, ser prorrogado. Assim, caso haja saldo devedor superior ao montante previsto para a última prestação, o valor remanescente deverá ser integralmente quitado até a data de seu vencimento.

6.3.3.O valor de cada prestação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic") para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação das contas de transação no Sispar até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

6.3.3.1.Na hipótese de pagamento antecipado de qualquer prestação, os juros previstos no item anterior serão computados até a data do efetivo pagamento.

6.3.4.Os pagamentos serão feitos até o último dia útil de cada mês, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") emitido pela(s) Requerente(s) através do Portal Regularize.

6.3.4.1.A primeira prestação vencerá no último dia do mês em que consolidadas as contas de transação no Sispar.

6.3.4.2.O pagamento da primeira prestação é condição essencial para a confirmação das contas de transação no Sispar.

6.4. Critério para imputação de prestações recolhidas a maior

6.4.1.Caso sejam realizados pagamentos em valor superior ao das prestações vencidas, o excedente será alocado nas parcelas vincendas, em ordem decrescente, até o limite do saldo devedor.

6.4.1.1.A ordem de imputação prevista no item anterior aplica-se, também, aos valores decorrentes de restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de precatórios federais, quando não houver vinculação

específica a uma prestação.

6.5. Depósitos judiciais

6.5.1. Depósitos judiciais vinculados à Dívida Transacionada deverão ser transformados em pagamento definitivo da União e imputados à respectiva inscrição em Dívida Ativa, sem descontos.

6.5.1.1. O aproveitamento dos depósitos judiciais ocorrerá após sua efetiva transformação em pagamento definitivo.

6.5.1.2. Para operacionalizar o aproveitamento dos depósitos judiciais, a Fazenda Nacional poderá retirar da conta de transação a inscrição em Dívida Ativa que receberá a imputação de pagamento e, em seguida, proceder a sua reinclusão.

6.5.1.2.1. Na hipótese de ativos financeiros bloqueados em conta bancária ou de depósitos judiciais não vinculados à Conta Única do Tesouro Nacional, os valores serão imputados diretamente na conta de transação, salvo disposição em contrário.

6.6. Precatórios federais e outros Créditos

6.6.1. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra a União, provenientes de precatórios, de levantamento de depósitos judiciais não vinculados à Dívida Transacionada ou de qualquer outra origem, deverão ser utilizados para o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas da Transação.

6.6.1.1. Os créditos mencionados no item anterior deverão ser obrigatoriamente destinados às contas de transação, ainda que, para isso, seja necessária a revisão dessas contas e a redução do montante de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") eventualmente autorizado, em conformidade com o artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

6.6.2. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra entes federados subnacionais poderão ser utilizados para o pagamento de parcelas vencidas ou vincendas da Transação, desde que os recursos financeiros estejam efetivamente disponibilizados.

7. Das garantias

7.1. Salvo previsão específica em contrário, a formalização do Acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal, de penhoras ou de garantias prestadas administrativamente, sem prejuízo do estabelecimento de outras garantias próprias da Transação.

7.2. A Transação será garantida pelos seguintes bens ou direitos:

7.2.1. Imóvel matrícula nº 50.800, do Cartório de Registro de Imóveis de Guaratuba/PR - penhorado;

7.2.2. Imóvel matrícula nº 50.799, do Cartório de Registro de Imóveis de Guaratuba/PR - penhorado;

7.2.3. Imóvel matrícula nº 5623, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC - penhorado;

7.2.4. Imóvel matrícula nº 5624, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC - penhorado;

7.2.5. Imóvel matrícula nº 5058, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC - penhorado;

7.2.6. Imóvel matrícula nº 3370, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC - penhorado;

7.2.7. Imóvel matrícula nº 5943, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC - penhorado;

7.3. A garantia deverá ser mantida até a integral liquidação da Transação, momento em que poderá ser liberada, mediante concordância da Fazenda Nacional nos autos judiciais em que formalizada a penhora.

7.4. Em caso de perecimento, depreciação, deterioração ou oneração que cause redução significativa do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação, a(s) Requerente(s) se compromete(m) a promover a substituição ou o reforço da garantia, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

7.4.1. Entende-se por significativa a redução igual ou superior a 25% do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação.

8. Da possibilidade de alienação dos ativos dados em garantia

8.1. Os bens e direitos que garantem a Transação poderão ser objeto de alienação pela(s) Requerente(s), mediante anuência prévia e expressa da Fazenda Nacional.

8.1.1. A anuência da Fazenda Nacional com a alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livre de ônus para o adquirente, poderá ser condicionada à destinação do produto da venda ao adimplemento das prestações vencidas e vincendas do Acordo, bem como à substituição da

garantia.

8.1.2.A alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livres de ônus para o adquirente, poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, seguir o rito do artigo 880 do Código de Processo Civil ("CPC") ou se dar mediante a inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda.

8.2. A(s) Requerente(s) anui(em) com a utilização da Plataforma Comprei para eventual alienação dos bens e direitos que garantem a Transação.

8.3. As prestações da Transação deverão ser quitadas tempestivamente, independentemente do exercício da prerrogativa e do êxito da alienação prevista neste tópico.

9. Das garantias e obrigações relativas aos débitos não transacionados

9.1. Restam mantidas as garantias objeto da transação pactuada anteriormente relativamente às dívidas previdenciárias.

10. Do distrato de negociações anteriores

10.1. As Partes concordam com o encerramento da conta de parcelamento ou transações atualmente vigentes, identificadas no Sispar pelo número 5151950, para reconsolidação nos termos deste Acordo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

11. A formalização da Transação:

11.1. Não dispensa a(s) Requerente(s) do recolhimento das obrigações tributárias correntes ou do cumprimento das obrigações acessórias;

- 11.2. Não impede a regular incidência de juros sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa, aplicando-se o índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários federais;
 - 11.3. Não pode ser interpretada de forma a implicar renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário; e
 - 11.4. Submete-se à ampla publicidade e transparência ativa, resguardadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.
12. A Transação produzirá efeitos a partir da assinatura do Acordo pelas Partes e permanecerá vigente pelo prazo estabelecido no plano de pagamento ou por período menor, caso a Dívida Transacionada seja integralmente adimplida e todas as obrigações contratuais sejam plenamente cumpridas.
- 12.1. O Acordo vincula e produz efeitos sobre a(s) Requerente(s), seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não participe ou tome conhecimento dos eventos relacionados à sucessão ou às alterações societárias.
13. A Transação foi autorizada de acordo com as alçadas previstas nos artigos 61 a 63 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, conforme registro no Processo SEI nº xxxxxxxx
14. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Florianópolis/SC para a resolução de quaisquer questões relacionadas à Transação.
15. Os valores nominais indicados no Acordo são estimativas aproximadas, que serão atualizados e considerados definitivos no momento da consolidação das contas de transação no Sispar.
16. Situações e circunstâncias não previstas no Acordo serão resolvidas conforme as disposições da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

ANEXOS

I - Listagem das inscrições em Dívida Ativa incluídas na Transação;

II - Listagem dos débitos incluídos na Transação que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas da Transação, com indicação das respectivas situações;

IV - Plano de pagamento;

V - Garantias.

DATA E ASSINATURAS

UNIÃO (Credora)

Mauro Moacir Riella Fernandes

Procurador da Fazenda Nacional

Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Vinicius de Marco Medina

Procurador da Fazenda Nacional

Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Filipe Loureiro Santos

Procurador da Fazenda Nacional

Coordenador - Equipe Regional de Negociação

PRFN-4ª Região

Vandré Augusto Búrigo

Procurador da Fazenda Nacional

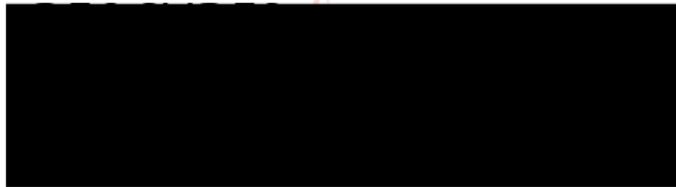
Procurador-Chefe da Dívida Ativa na 4ª Região

Simone Klitzke

Procuradora da Fazenda Nacional

Procuradora Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região

DEVEDORA



Valpasa Indústria de Papel Ltda

85.155.414/0001-42

Documento assinado eletronicamente por **Filipe Loureiro Santos, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 26/08/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Mauro Moacir Riela Fernandes, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 26/08/2025, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Vinicius de Marco Medina, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 26/08/2025, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Vandre Augusto Burigo, Procurador(a)-Chefe(a)**, em 03/09/2025, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Simone Klitzke, Procurador(a) Regional**, em 08/09/2025, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Referência: Processo nº 10145.001329/2024-82.

SEI nº 53328250

		1	91 2 15 005164
		2	91 2 19 011847
		3	91 2 19 018659
		4	91 2 19 019841
		5	91 2 20 005567
		6	91 2 20 005570
		7	91 2 20 010159
		8	91 2 20 018225
		9	91 2 21 006304
		10	91 3 14 000576
		11	91 3 14 000577
		12	91 3 15 000314
		13	91 3 19 000739
		14	91 3 19 001416
		15	91 3 19 001544
		16	91 3 19 001545
		17	91 3 20 000405
		18	91 3 20 000625
		19	91 3 20 000991
		20	91 3 21 000495
		21	91 3 21 001341
		22	91 3 21 001380

		23	91 6 16 004156
		24	91 6 19 020491
		25	91 6 19 036194
		26	91 6 19 036195
		27	91 6 19 039989
		28	91 6 20 021006
		29	91 6 20 033675
		30	91 6 21 013529
		31	91 6 21 024620
		32	91 7 19 007095
		33	91 7 19 012192
		34	91 7 19 013170
		35	91 7 20 003215
		36	91 7 20 005662
		37	91 7 21 004339

II - Listagem dos débitos incluídos na Transação que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

Não se aplica



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Sua sessão expira em: 11:06
Data e Hora de login: 26/08/2025 11:19:00
Produção - 2.40.1 (BUILD 10)

Usuário: [REDACTED] - MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

[Início](#) [Negociações](#) [Emissão de Documento](#) [Ferramentas](#) [Sair](#)

CONSULTA DE NEGOCIAÇÕES

Informações Gerais

Número da Negociação:	5152007	Nome Contribuinte	VALPASA INDUSTRIA DE PAPEL LTDA	Negociações:	0026 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)	Data da Consolidação:	08/10/2021
Data da Adesão:	08/10/2021 - 10:06	CPF/CNPJ Contribuinte:	85.155.414/0001-42	Modalidade:	0170 - DEBITOS PREVIDENCIARIOS - 60 MESES - REDUCAO DE ATE 50% - PREST ESCALONADAS	Nº do recibo:	00960399210807101009
Situação:	DEFERIDA E CONSOLIDADA	Principal:	22.402.780,49	Tipo de Negociação:	Acordo de Transação	Data do Deferimento:	18/10/2021
Data da Situação:	03/02/2023	Multa:	71.672,83	Data Liquidação Neg.:	-	Data Recurso Optante:	-
Quantidade de Prestações:	60	Juros:	266.746,75	Data Comunicação ao Optante:	-	Data Envio Comunicação:	-
Optante de débito automático:	Não	Encargos/Honorários:	139.356,68	Data da Rescisão:	-	Data da Inadimplência:	-
		Honorários:	0,00	Impedimento da Rescisão:	Não	Data da validação:	-
		Valor Consolidado:	22.880.556,76	Impedimento da Liquidação:	Não		
		Saldo Devedor sem Juros:	11.748.708,88				
		Saldo Devedor com Juros:	16.955.736,65				

Débitos

Item	débitos	Contribuinte (CPF/CNPJ)	Incluído em	Código Receita	Consolidado em	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Valor Total
1	91 4 15 002269	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	3202	08/10/2021	1.335.308,49	267.061,63	755.893,18	471.652,66	2.829.915,96
2	91 4 19 001084	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	3202	08/10/2021	534.658,05	106.931,58	241.433,51	176.604,62	1.059.627,76
3	91 4 19 041216	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4133	08/10/2021	1.005.323,13	201.064,50	110.861,91	263.449,90	1.580.699,44
4	91 4 19 041217	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4156	08/10/2021	2.174.784,33	434.956,75	215.397,23	565.027,66	3.390.165,97
5	91 4 19 041218	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4162	08/10/2021	484.993,71	96.998,71	47.915,79	125.981,64	755.889,85
6	91 4 19 041219	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4201	08/10/2021	314.276,31	62.855,21	33.197,49	82.065,80	492.394,81
Total:						22.402.780,49	4.480.554,72	5.314.130,98	6.339.642,92	38.537.109,11

Item	débitos	Contribuinte (CPF/CNPJ)	Incluído em	Código Receita	Consolidado em	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Valor Total
7	91 4 19 041220	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4224	08/10/2021	25.142,04	5.028,36	2.655,74	6.565,22	39.391,36
8	91 4 19 041221	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4282	08/10/2021	125.710,48	25.142,04	13.278,94	32.826,29	196.957,75
9	91 4 19 041222	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4299	08/10/2021	188.565,75	37.713,10	19.918,47	49.239,46	295.436,78
10	91 4 19 041223	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4338	08/10/2021	59.699,84	11.939,95	5.923,23	15.512,60	93.075,62
11	91 4 20 028156	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4156	08/10/2021	795.905,72	159.181,12	51.791,04	201.375,57	1.208.253,45
12	91 4 20 028157	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4338	08/10/2021	22.203,92	4.440,76	1.443,47	5.617,63	33.705,78
13	91 4 20 028158	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4133	08/10/2021	159.934,86	31.986,97	9.947,93	40.373,95	242.243,71
14	91 4 20 028159	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4282	08/10/2021	37.006,54	7.401,30	2.405,80	9.362,72	56.176,36
15	91 4 20 028160	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4299	08/10/2021	55.509,83	11.101,96	3.608,72	14.044,10	84.264,61
16	91 4 20 028161	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4201	08/10/2021	92.516,39	18.503,26	6.014,55	23.406,84	140.441,04
17	91 4 20 028162	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4224	08/10/2021	7.401,30	1.480,25	481,15	1.872,54	11.235,24
18	91 4 20 028163	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4162	08/10/2021	184.370,41	36.874,08	11.986,04	46.646,10	279.876,63
19	91 4 21 037020	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4133	08/10/2021	1.197.920,69	239.584,02	50.094,17	297.519,77	1.785.118,65
20	91 4 21 037021	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4156	08/10/2021	3.179.731,16	635.946,09	128.786,90	788.892,83	4.733.356,98
21	91 4 21 037022	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4162	08/10/2021	690.903,50	138.180,64	28.024,32	171.421,69	1.028.530,15
22	91 4 21 037023	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4201	08/10/2021	361.341,72	72.268,28	15.201,33	89.762,26	538.573,59
23	91 4 21 037024	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4224	08/10/2021	28.907,27	5.781,39	1.216,02	7.180,93	43.085,61
24	91 4 21 037025	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4282	08/10/2021	131.602,63	26.320,47	5.498,72	32.684,36	196.106,18
25	91 4 21 037026	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4299	08/10/2021	197.404,00	39.480,73	8.248,14	49.026,57	294.159,44
26	91 4 21 037027	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4338	08/10/2021	86.721,95	17.344,34	3.648,24	21.542,90	129.257,43
27	91 4 21 101304	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4133	08/10/2021	175.078,61	35.015,70	4.679,50	21.477,38	236.251,19
28	91 4 21 101305	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4201	08/10/2021	49.127,38	9.825,47	1.313,60	6.026,64	66.293,09
29	91 4 21 101306	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4299	08/10/2021	29.476,42	5.895,28	788,15	3.615,98	39.775,83
Total:						22.402.780,49	4.480.554,72	5.314.130,98	6.339.642,92	38.537.109,11

	Item	débitos	Contribuinte (CPF/CNPJ)	Incluído em	Código Receita	Consolidado em	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Valor Total
	30	91 4 21 101307	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4156	08/10/2021	432.933,97	86.586,78	11.576,58	53.109,73	584.207,06
	31	91 4 21 101308	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4224	08/10/2021	3.930,18	786,03	105,08	482,12	5.303,41
	32	91 4 21 101309	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4162	08/10/2021	91.948,77	18.389,75	2.458,60	11.279,71	124.076,83
	33	91 4 21 101310	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4338	08/10/2021	11.790,56	2.358,11	315,26	1.446,39	15.910,32
	34	91 4 21 101311	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	4282	08/10/2021	19.650,95	3.930,18	525,43	2.410,65	26.517,21
	35	151692459	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	277.786,66	55.557,33	38.890,13	74.446,77	446.680,89
	36	151373442	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	280.886,48	56.177,29	45.363,18	76.485,37	458.912,32
	37	158678834	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	551.029,20	110.205,84	81.756,20	148.598,18	891.589,42
	38	133177688	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	248.386,59	49.677,32	79.732,10	75.559,15	453.355,16
	39	152564799	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	276.227,00	55.245,40	43.174,29	74.929,31	449.576,00
	40	130396940	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	204.662,53	40.932,50	75.125,04	64.143,98	384.864,05
	41	453750338	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	177.313,56	35.462,71	127.017,78	67.958,80	407.752,85
	42	150600275	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	283.005,84	56.601,17	47.177,06	77.356,79	464.140,86
	43	129001627	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	70.539,52	14.107,90	27.453,98	22.420,27	134.521,67
	44	132138891	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	130.711,20	26.142,23	44.314,38	40.233,54	241.401,35
	45	124253547	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	350.877,03	70.175,40	163.358,00	116.882,01	701.292,44
	46	150600267	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	78.128,39	15.625,68	13.024,00	21.355,61	128.133,68
	47	151692440	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	74.142,58	14.828,52	10.379,96	19.870,20	119.221,26
	48	129001635	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	906.168,37	181.233,70	372.264,99	291.933,16	1.751.600,22
	49	142827991	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	1.956.628,43	391.325,67	1.345.333,52	738.657,07	4.431.944,69
	50	133177670	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	66.457,67	13.291,53	21.332,91	20.216,41	121.298,52
	51	132138905	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	465.212,85	93.042,58	157.661,10	143.183,25	859.099,78
	52	130396958	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	715.221,19	143.044,26	262.445,04	224.141,98	1.344.852,47
Total:							22.402.780,49	4.480.554,72	5.314.130,98	6.339.642,92	38.537.109,11

	Item	débitos	Contribuinte (CPF/CNPJ)	Incluído em	Código Receita	Consolidado em	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Valor Total
	53	152564780	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	70.567,16	14.113,43	11.029,65	19.142,04	114.852,28
	54	453750320	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	3.186,54	637,31	2.282,28	1.221,19	7.327,32
	55	151373434	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	75.369,96	15.073,99	12.172,25	20.523,23	123.139,43
	56	158678826	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	144.479,86	28.895,97	21.432,14	38.961,58	233.769,55
	57	122560698	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	525.004,88	105.000,96	271.853,19	180.371,69	1.082.230,72
	58	603642950	85.155.414/0001-42	03/02/2023 - 10:57	Dívida Previdenciária	08/10/2021	179.006,14	35.801,24	242.923,58	91.546,13	549.277,09
Total:							22.402.780,49	4.480.554,72	5.314.130,98	6.339.642,92	38.537.109,11

Demonstrativo de Consolidação

Créditos Informados

Pagamentos

Prestações

Ocorrências

Retornar



Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Usuário: MAURO MOACIR RIELLA FERNANDES | Procuradoria: QUARTA REGIAO - 0000

[Início](#) [Negociações](#) [Emissão de Documento](#) [Ferramentas](#) [Sair](#)

Sua sessão expira em: 19:30
Data e Hora de login: 25/08/2025 08:05:06
Produção - 2.40.1 (BUILD 10)

ADESÃO DE ACORDO DE TRANSAÇÃO

Contribuinte

Modalidades

Inscrição

Consolidação

Cálculo das Prestações

Negociações: 0077 - TRANSACAO INDIVIDUAL (DEPENDE DE PREVIA APROVACAO DO PDA DA REGIAO)
Modalidade: 0077 - DEMAIS DEBITOS -PJ- DEMAIS- ATE 120 MESES - REDUCAO DE ATE 65% - 3/3- I

Utilização de créditos

Valor passível de amortização: 43.895.370,02

Prejuízo Fiscal				
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado
Nenhum valor informado				

Base de cálculo negativa da CSLL				
	CNPJ	Alíquota	Montante	Valor calculado
Nenhum valor informado				

Quantidade Máxima de Prestações: (excluindo as Prestações da entrada)120

Prestações selecionadas:

96

Aplicar cobrança escalonada de prestações:

Sim

Exibe decimais:

Não

Atenção: Caso a dívida esteja ajuizada, com leilão designado ou já realizado, o parcelamento da Lei nº 10.522/2002 deve ser requerido na unidade da PGFN que administra a cobrança, sendo ineficazes os atos realizados neste sistema de parcelamento on-line.

CPF/CNPJ: 85.155.414/0001-42					
Demonstrativo	Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Consolidado
Total sem reduções (A)	47.793.561,38	8.271.255,08	44.515.943,80	19.801.635,68	120.382.395,94
Descontos previstos em lei (B)	0,00	6.543.559,33	35.167.503,88	15.963.661,25	57.674.724,48
Utilização de créditos (C)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total com reduções (A - C - B)	47.793.561,38	1.727.695,74	9.348.439,91	3.837.974,42	62.707.671,45

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
91 2 15 005164-70	1.030.542,62	0,00	60.892,74	301.095,57	133.290,45	495.278,78	535.263,83	48,06%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
91 2 19 011847-54	766.919,10	0,00	64.527,21	188.851,19	115.202,91	368.581,31	398.337,78	48,06%
91 2 19 018659-48	428.489,04	0,00	37.307,07	103.213,54	65.411,21	205.931,83	222.557,20	48,06%
91 2 19 019841-06	449.425,70	0,00	40.106,58	106.466,23	69.421,16	215.993,99	233.431,70	48,06%
91 2 20 005567-57	442.394,83	0,00	35.548,23	112.007,35	65.059,36	212.614,95	229.779,87	48,06%
91 2 20 005570-52	307.822,00	0,00	20.786,17	85.174,71	41.978,36	147.939,25	159.882,74	48,06%
91 2 20 010159-62	95.504,22	0,00	8.823,73	22.072,58	15.003,00	45.899,32	49.604,89	48,06%
91 2 20 018225-15	95.968,36	0,00	7.832,22	24.076,25	14.213,91	46.122,39	49.845,96	48,06%
91 2 21 006304-28	804.751,51	0,00	75.579,04	183.741,38	127.443,15	386.763,57	417.987,93	48,06%
91 3 14 000576-41	13.485.269,30	0,00	701.394,70	4.114.960,00	1.664.665,71	6.481.020,42	7.004.248,87	48,06%
91 3 14 000577-22	3.095.869,09	0,00	166.803,39	934.089,34	386.981,94	1.487.874,68	1.607.994,40	48,06%
91 3 15 000314-40	10.022.114,67	0,00	590.276,10	2.931.684,03	1.294.668,17	4.816.628,31	5.205.486,35	48,06%
91 3 19 000739-64	8.704.017,18	0,00	704.936,77	2.193.574,74	1.284.639,13	4.183.150,65	4.520.866,52	48,06%
91 3 19 001416-33	1.410.733,70	0,00	123.058,54	339.391,51	215.548,56	677.998,61	732.735,08	48,06%
91 3 19 001544-50	11.152.529,08	0,00	993.905,52	3.229.170,00	1.136.829,95	5.359.905,47	5.792.623,60	48,06%
91 3 19 001545-30	3.133.561,88	0,00	281.392,31	739.105,60	485.491,92	1.505.989,83	1.627.572,04	48,06%
91 3 20 000405-02	4.792.386,43	0,00	442.834,68	1.356.681,74	503.704,48	2.303.220,91	2.489.165,51	48,06%
91 3 20 000625-73	1.552.935,55	0,00	142.990,65	359.801,14	243.549,02	746.340,82	806.594,72	48,06%
91 3 20 000991-40	2.863.421,61	0,00	230.839,25	723.595,04	421.726,12	1.376.160,42	1.487.261,18	48,06%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
91 3 21 000495-87	7.105.541,07	0,00	674.863,84	1.608.518,78	1.131.540,40	3.414.923,03	3.690.618,03	48,06%
91 3 21 001341-85	1.532.218,76	0,00	167.110,41	390.263,66	139.292,61	696.666,68	835.552,08	45,46%
91 3 21 001380-91	1.042.879,69	0,00	113.985,26	264.160,85	94.807,24	472.953,35	569.926,34	45,35%
91 6 16 004156-67	33.253.183,65	0,00	0,00	11.498.315,93	4.483.164,12	15.981.480,06	17.271.703,58	48,06%
91 6 19 020491-91	5.857.064,28	0,00	417.870,39	1.579.658,45	817.376,24	2.814.905,09	3.042.159,18	48,06%
91 6 19 036194-12	88.083,63	0,00	7.714,57	21.134,10	13.484,31	42.332,99	45.750,63	48,06%
91 6 19 036195-01	383.067,40	0,00	33.351,23	92.274,56	58.476,39	184.102,19	198.965,20	48,06%
91 6 19 039989-28	564.977,16	0,00	50.546,93	133.603,94	87.377,14	271.528,02	293.449,13	48,06%
91 6 20 021006-10	367.081,54	0,00	33.737,45	85.164,15	57.517,78	176.419,38	190.662,15	48,06%
91 6 20 033675-80	1.068.609,94	0,00	85.810,37	270.659,24	157.104,31	513.573,93	555.036,00	48,06%
91 6 21 013529-19	726.934,84	0,00	78.636,74	189.029,23	66.084,98	333.750,95	393.183,89	45,91%
91 6 21 024620-41	1.836.844,53	0,00	0,00	482.563,65	306.140,75	788.704,40	1.048.140,13	42,93%
91 7 19 007095-31	1.266.449,42	0,00	90.379,56	341.517,07	176.758,94	608.655,59	657.793,82	48,06%
91 7 19 012192-28	101.457,68	0,00	8.818,21	24.467,06	15.475,28	48.760,56	52.697,11	48,06%
91 7 19 013170-76	122.651,11	0,00	10.973,24	29.004,13	18.968,74	58.946,12	63.704,98	48,06%
91 7 20 003215-35	193.423,28	0,00	15.554,55	48.949,32	28.455,34	92.959,22	100.464,05	48,06%
91 7 20 005662-10	79.626,90	0,00	7.318,23	18.473,79	12.476,65	38.268,68	41.358,21	48,06%
Totais:	120.382.395,94	0,00	6.543.559,33	35.167.503,88	15.963.661,25	57.674.724,48	62.707.671,45	47,90%

Demonstrativo de Consolidação								
Número	Valor Consolidado	Reduções					Valor com reduções	Percentual efetivo de reduções
		Principal	Multa	Juros	Encargos/Honorários	Total		
91 7 21 004339-55	157.645,19	0,00	17.053,30	40.993,89	14.331,38	72.378,57	85.266,62	45,91%
Totais:	120.382.395,94	0,00	6.543.559,33	35.167.503,88	15.963.661,25	57.674.724,48	62.707.671,45	47,90%

Atenção: Eventuais diferenças inferiores a R\$ 10,00 (dez reais), decorrentes de regra de arredondamento no cálculo do sistema, serão baixadas de ofício pela PGFN.

Escalonamento de prestações para pagamento do saldo										
Faixa			Prestação Inicial	Prestação Final	Percentual da Prestação	Valor da Prestação	Quantidade Prestações	Percentual da Faixa	Valor Cobrado na Faixa	
		1	1	18	0.300	188.123,01	18x	5.400	3.386.214,18	
		2	19	24	0.800	501.661,37	6x	4.800	3.009.968,22	
		3	25	36	0.900	564.369,04	12x	10.800	6.772.428,48	
		4	37	48	1.000	627.076,71	12x	12.000	7.524.920,52	
		5	49	60	1.250	783.845,89	12x	15.000	9.406.150,68	
		6	61	95	1.450	909.261,23	35x	50.750	31.824.143,05	
		7	96	96	1,250	783.845,89	1x	1.250	783.845,89	Calcular
Totais:							96x	100.000	62.707.671,02	

Atenção: O valor das prestações será atualizado na data do pagamento, conforme a legislação vigente.

Retornar

Confirmar

Anexo V - Garantias

Imóvel matrícula nº 50.800, do Cartório de Registro de Imóveis de Guaratuba/PR;

Imóvel matrícula nº 50.799, do Cartório de Registro de Imóveis de Guaratuba/PR;

Imóvel matrícula nº 5623, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC;

Imóvel matrícula nº 5624, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC;

Imóvel matrícula nº 5058, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC;

Imóvel matrícula nº 3370, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC;

Imóvel matrícula nº 5943, do Cartório de Registro de Imóveis de Tangará/SC;

